

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 1,135 bilhão, correspondente a R\$ 5,438,03 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 22,849 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,37% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 26 de julho de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010		2011	2010
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	16.656.590	9.035.341	CIRCULANTE	2.338.893	1.963.458
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	238	CAPTações NO MERCADO ABERTO (Nota 11a)	-	43.312
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	12.374.599	5.335.282	Carteira Livre Movimentação	-	43.312
Aplicações no Mercado Aberto	7.938	17.705	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	199	458
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.366.661	5.317.577	CEP	199	458
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	769.628	698.878	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.338.694	1.919.688
DERIVATIVOS (Nota 6a)	575.620	518.597	Sociais e Estatutárias	1.893.488	1.322.532
Carteira Própria	194.008	180.281	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	296.365	133.166
Vinculados à Prestação de Garantias	-	50	Diversas (Nota 14b)	148.841	463.990
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-			
Créditos Vinculados:					
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	-	50			
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.547	1.751	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.482.986	1.661.479
Transferências Internas de Recursos	1.547	1.751	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	955	2.196
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(145.361)	(110.407)	CEP	955	2.196
Operações de Arrendamentos a Receber:			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.482.031	1.659.283
- Setor Privado	809.175	1.268.821	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	598.188	591.669
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(779.572)	(1.241.779)	Diversas (Nota 14b)	883.843	1.067.614
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(174.964)	(137.449)			
OUTROS CRÉDITOS	3.656.052	3.109.396	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	22.849.426	21.004.680
Rendas a Receber	3.455.084	2.860.349	Capital:		
Diversos (Nota 8)	201.024	249.101	- De Domiciliados no País	14.746.080	14.746.080
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(56)	(54)	- De Domiciliados no Exterior	3.920	3.920
OUTROS VALORES E BENS	123	153	Reservas de Lucros	8.082.521	6.249.452
Outros Valores e Bens	220	170	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	16.905	5.228
Provisões para Desvalorizações	(113)	(79)			
Despesas Antecipadas	16	62			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	661.735	5.506.653			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	-	4.288.891			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	4.288.891			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45.838	54.250			
DERIVATIVOS (Nota 6a)	32.381	115			
Carteira Própria	13.457	38.102			
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	(98.103)	(103.800)			
Moeda de Privatização	-	16.033			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(98.103)	(103.800)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	597.516	1.408.974			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(585.636)	(1.405.832)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(109.983)	(106.942)			
OUTROS CRÉDITOS	714.000	1.267.307			
Rendas a Receber	-	471.983			
Diversos (Nota 8)	714.202	795.555			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(202)	(231)			
OUTROS VALORES E BENS	-	5			
Despesas antecipadas	-	5			
PERMANENTE	9.352.980	10.087.623			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	7.159.540	6.247.308			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	7.115.717	6.161.950			
Outros Investimentos	86.364	127.937			
Provisões para Perdas	(42.541)	(42.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	-	5			
Outras Imobilizações de Uso	-	5			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	2.193.440	3.840.310			
Bens Arrendados	4.009.634	5.901.195			
Depreciações Acumuladas	(1.816.194)	(2.060.885)			
TOTAL	26.671.305	24.629.617	TOTAL	26.671.305	24.629.617

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.477.994	1.588.967
Operações de Crédito	1.087	1.540
Operações de Arrendamento Mercantil	771.471	1.320.515
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	705.436	266.912
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	660.311	1.136.806
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	1.695	1.783
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	60	110
Operações de Arrendamento Mercantil	644.765	1.097.658
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	13.791	37.255
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	817.683	452.161
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	624.304	497.767
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(3.248)	(790)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(3.535)	(3.438)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(40.581)	(26.168)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	669.998	534.057
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	18.265	13.528
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(16.595)	(19.422)
RESULTADO OPERACIONAL	1.441.587	949.928
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	1.163	5.721
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.443.150	955.649
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24a e b)	(308.027)	(165.477)
LUCRO LÍQUIDO	1.135.123	790.172
Número de ações (Nota 15a)	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	5.438,03	3.785,47

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.443.150	955.649
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(7.019)	139.216
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.791	37.255
Depreciações	406.513	1.094.192
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(669.998)	(534.057)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6.749	5.631
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	231.202	(472.329)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	167	-
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	550	-
Outras Provisões	4.007	8.524
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.436.131	1.094.865
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.204.082)	(720.713)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(30.135)	(34.411)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(154)	(67)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(5.529)	(9.612)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.174	(4.902)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(35.303)	-
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	-	1.783
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(756)	(746)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(336.432)	(189.816)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(179.003)	(33.167)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(354.089)	103.214
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	1.994	7.132
Alienação de Bens não de Uso Próprio	94	14
Alienação de Investimentos	-	1
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	190.513	227.342
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(555)	(94)
Aquisição de Investimentos	-	(20.000)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(3.048)	(1.850)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	160.883	6.657
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	349.881	219.202
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital em Dinheiro	-	5.000.000
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	5.000.000
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.208)	5.322.416
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	12.148	13.104
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	7.940	5.335.520
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.208)	5.322.416

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Eventos				Legal	Estatutárias	Próprias	
Saldos em 31.12.2009	9.750.000	-	-	370.407	5.276.539	9.584	15.406.530
Aumento de Capital por Subscrição	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
Homologação de Aumento de Capital	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital a Realizar	-	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	(4.658)	(4.356)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	302	790.172
Destinações: - Reservas	-	-	-	39.508	562.998	-	(602.506)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(187.666)	(187.666)
Saldos em 30.6.2010	14.750.000	-	-	409.915	5.839.537	4.926	21.004.680
Saldos em 31.12.2010	14.750.000	-	-	473.361	6.743.629	12.679	21.979.965
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	1.261	3.930
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.135.123
Destinações: - Reservas	-	-	-	56.756	808.775	-	(865.531)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(269.592)	(269.592)
Saldos em 30.6.2011	14.750.000	-	-	530.117	7.552.404	13.940	22.849.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco

ISO 9001

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2011	%	2010	%	Descrição	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	1.467.036	98,7	1.551.539	157,9	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	669.998	45,0	534.057	54,3
1.1) Intermediação Financeira	1.477.994	99,4	1.588.967	161,7	Resultado de participações em coligadas e controladas	669.998	45,0	534.057	54,3
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.791)	(0,9)	(37.255)	(3,8)					
1.3) Outras	2.833	0,2	(173)	-					
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(646.520)	(43,5)	(1.099.551)	(111,9)	7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	1.486.979	100,0	982.607	100,0
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.535)	(0,2)	(3.438)	(0,3)	8 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	1.486.979	100,0	982.607	100,0
Serviços de terceiros	(11)	-	(15)	-	8.1) Pessoal	3.248	0,2	790	0,1
Comunicações	(22)	-	(23)	-	Outros encargos	3.248	0,2	790	0,1
Serviços do sistema financeiro	(121)	-	(64)	-	8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	348.608	23,5	191.645	19,5
Propaganda, promoções e publicidade	(219)	-	(227)	-	Federais	347.293	23,4	189.801	19,3
Transporte	(3)	-	(2)	-	Municipais	1.315	0,1	1.844	0,2
Serviços técnicos especializados	(3.058)	(0,2)	(3.090)	(0,3)	8.3) Remuneração de Capitais Próprios	1.135.123	76,3	790.172	80,4
Outras	(101)	-	(17)	-	Dividendos	269.592	18,1	187.666	19,1
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	816.981	55,0	448.550	45,7	Lucros retidos	865.531	58,2	602.506	61,3
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4)	816.981	55,0	448.550	45,7					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio e financiamento mercantil. O Banco Alvorada é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, tais como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução do valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontado ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamento a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no balanço patrimonial e no resultado líquido, quando aplicável. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são os seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas e controladas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votado, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apresentadas como redutores do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c);

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	2	238
Total de disponibilidades (caixa)	2	238
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	7.938	5.335.282
Total caixa e equivalentes de caixa	7.940	5.335.520

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
	2011	2010	2011	2010
Aplicação no mercado aberto:				
Posição bancada	7.938	-	-	7.938
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	17.705
Letras do tesouro nacional	7.938	-	-	7.938
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	7.526.723	4.839.938	12.366.661
Total em 2011	7.938	7.526.723	4.839.938	12.374.599
Total em 2010	5.335.282	-	-	4.288.891
				9.624.173

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários".

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Rendas de aplicações em operações comprometidas:		
Posição bancada	858	5.965
Subtotal	858	5.965
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	661.861	230.949
Total (Nota 6b)	662.719	236.914

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS****a) Classificação por categoria e prazos**

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos (1)						
Títulos para negociação (3)	515.749	-	-	197.630	713.379	713.387
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	197.630	197.630	197.638
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	10.070
Cotas de Fundos de Investimentos	515.749	-	-	-	515.749	515.749
Títulos disponíveis para venda	56.249	123	-	45.715	102.087	78.588
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	32.258	32.258	34.678
Ações	56.249	-	-	-	56.249	29.886
Outros	-	123	-	13.457	13.580	14.024
Total em 2011	571.998	123	-	243.345	815.466	791.975
Total em 2010	513.554	560	15.184	223.830	753.128	8.373

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento exclusivos administradas pelo Conglomerado Bradesco, no montante de R\$ 515.749 mil (2010 - R\$ 464.459 mil);

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil		2011	2010
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)		662.719	236.914
Cotas de fundos de investimentos		26.969	19.067
Títulos de renda fixa		14.974	10.377
Títulos de renda variável		774	554
Total		705.436	266.912

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**a) Modalidades e prazos**

	Curso normal						Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	%	2010	%
Operações de crédito										
Arrendamento Mercantil	72.130	61.923	59.808	159.857	256.545	349.790	960.053	97,40	2.141.058	98,69
Outros créditos	495	495	496	1.025	3.016	20.139	25.646	2,60	28.436	1,31
Total em 2011	72.625	62.418	60.304	160.882	259.561	369.929	985.699	100,00	2.169.494	100,00
Total em 2010	123.740	110.397	109.174	307.637	519.059	999.487				

	Curso anormal						Total (B)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2011	%	2010	%
Operações de crédito										
Arrendamento Mercantil	12.000	9.850	7.991	19.099	59.400	-	108.340	100,00	52.966	100,00
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2011	12.000	9.850	7.991	19.099	59.400	-	108.340	100,00	52.966	100,00
Total em 2010	9.960	7.849	5.746	11.676	17.735	-				

	Curso anormal						Total (C)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	%	2010	%
Operações de crédito										
Arrendamento Mercantil	11.419	10.731	10.535	29.845	51.134	84.952	198.616	100,00	210.486	100,00
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2011	11.419	10.731	10.535	29.845	51.134	84.952	198.616	100,00	210.486	100,00
Total em 2010	9.641	9.103	8.964	26.151	46.497	110.130				

b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Maiores devedor	25.582	1,98	28.511	1,17
Dez maiores devedores	40.521	3,13	51.352	2,11
Vinte maiores devedores	47.508	3,68	61.479	2,53
Cinquenta maiores devedores	62.188	4,81	84.522	3,47
Cem maiores devedores	79.619	6,16	111.177	4,57

c) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Setor privado	1.292.655	100,00	2.432.946	100,00
Indústria	88.444	6,84	188.390	7,74
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	15.370	1,19	34.180	1,40
Alimentícia e bebidas	14.801	1,14	29.402	1,21
Móveis e produtos de madeira	14.450	1,12	27.873	1,15
Materiais não metálicos	8.641	0,67	16.596	0,68
Têxtil e confecções	7.698	0,60	17.846	0,73
Química	5.156	0,40	12.925	0,53
Extração de minerais metálicos e não metálicos	4.964	0,38	8.970	0,37
Artigos de borracha e plásticos	4.811	0,37	12.449	0,51
Eletroeletrônica	2.060	0,16	4.814	0,20
Autopeças e acessórios	1.892	0,15	4.042	0,17
Edição, impressão e reprodução	1.880	0,14	4.593	0,19
Artefatos de couro	1.734	0,13	4.348	0,18
Papel e celulose	1.461	0,11	2.958	0,12
Veículos leves e pesados	1.285	0,10	2.726	0,11
Refino de petróleo e produção de álcool	592	0,05	998	0,04
Demais indústrias	1.649	0,13	3.670	0,15
Comércio	273.121	21,13	539.841	22,19
Produtos em lojas especializadas	89.742	6,94	173.300	7,12
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	43.161	3,34	84.956	3,49
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	31.753	2,46	59.797	2,46
Resíduos e sucatas	18.199	1,41	35.383	1,46
Varejistas não especializados	16.973	1,31	32.904	1,35
Combustíveis	16.869	1,31	37.029	1,52
Vestuário e calçados	14.622	1,13	27.791	1,14
Artigos de uso pessoal e doméstico	9.717	0,75	22.342	0,92
Veículos automotores	9.314	0,72	18.874	0,78
Intermediário do comércio	7.142	0,55	14.799	0,61
Atacadista de mercadorias em geral	6.188	0,48	14.345	0,59
Produtos agropecuários	2.120	0,16	4.149	0,17
Demais comércios	7.321	0,57	14.172	0,58
Intermediários financeiros	696	0,05	1.828	0,07
Serviços	412.337	31,90	748.814	30,78
Transportes e armazenagens	233.340	18,05	407.217	16,74
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	87.240	6,75	152.879	6,28
Construção civil	30.692	2,38	63.801	2,62
Alojamento e alimentação	14.921	1,16	28.096	1,16
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e segurança social	10.725	0,83	20.434	0,84
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	8.843	0,68	19.303	0,79
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	7.638	0,59	16.223	0,67
Telecomunicações	1.844	0,14	3.828	0,16
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	313	0,02	678	0,03
Demais serviços	16.781	1,30	36.355	1,49
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	9.635	0,75	20.400	0,84
Pessoa física	508.422	39,33	933.673	38,38
Total	1.292.655	100,00	2.432.946	100,00

d) Composição das operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	Saldo da carteira			Provisão		
Níveis de Risco	Curso		Total	Provisão Requerida		Percentual Mínimo Requerido
	Normal	Anormal		Específica	Genérica	
AA	473	-	473	0,04	-	-
A	198.543	-	198.543	15,36	-	-
B	58.089	5.140	63.229	4,89	51	632
C	646.427	28.131	674.558	52,18	844	19.393
Subtotal	903.532	33.271	936.803	72,47	895	20.967
D	36.573	28.806	65.379	5,06	2.881	3.657
E	10.097	15.774	25.871	2,00	4.732	3.029
F	6.183	14.815	20.998	1,62	7.407	3.092
G	3.856	13.008	16.864	1,31	9.106	2.699
H	25.458	201.282	226.740	17,54	201.282	25.458
Subtotal	82.167	273.685	355.852	27,53	225.408	37.935
Total em 2011	985.699	306.956	1.292.655	100,00	226.303	58.902
Total em 2010	2.169.494	263.452	2.432.946	100,00	79.205	244.676
%	89,17	10,83		60,27	39,73	100,00

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Saldo inicial	271.414	207.421
Constituição	13.791	37.255
Saldo final	285.205	244.676
- Provisão específica (1)	226.303	147.471
- Provisão genérica (2)	58.902	97.205
- Recuperação de créditos baixados (3)	1.087	1.540

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Registrada em receitas de operações de crédito.

f) Operações de Arrendamento Mercantil

I - Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

• Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e

• Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e assegurem ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

II - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Arrendamentos financeiros a receber	1.406.691	2.677.795
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.365.208)	(2.647.611)
Bens arrendados financeiros - perdas em arrendamentos (liquidações)	4.009.634	5.901.195
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros	(1.816.194)	(2.060.885)
- Depreciações acumuladas	(3.397.004)	(3.768.402)
- Superveniência de depreciação	1.580.810	1.707.517
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(967.914)	(1.465.984)
Total do valor presente	1.267.009	2.404.510

g) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Devedores por depósito em garantia	368.573	338.200
Créditos tributários (Nota 24c)	281.678	421.934
Pagamentos a ressarcir	141.242	131.995
Impostos e contribuições	68.238	87.043
Devedores diversos	29.491	37.048
Devedores por compra de valores e bens	25.645	28.436
Outros	359	-
Total	915.226	1.044.656

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****9) INVESTIMENTOS**

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 30 de junho - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital	Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2011	2010	2011	2010
I – CONTROLADAS			Ações	Cotas					
Rubi Holdings Ltda.	5.156.007	5.962.319	-	5.151.920	99.920	566.655	5.957.549	566.205	436.008
Miramar Holdings S.A.	167.000	266.642	41.998	-	100,00	11.668	266.642	11.668	1.627
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	167.451	241.287	-	167.451	99.999	7.233	241.287	7.233	4.741
Caetê Holdings Ltda.	40.158	117.476	-	39.774	99.043	63.047	116.352	62.444	58.472
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	18.400	33.724	-	18.399	99.999	(403)	33.724	(403)	3.283
Baneb Corretora de Seguros S.A.	4.200	8.707	419	-	54.110	358	4.711	194	164
Settle Consultoria, Assessoria e Sist. Ltda.	430	394	-	430	99.999	(236)	394	(236)	20
Aicaré Holdings Ltda.	135	161	-	127	93.949	4	152	4	3
Total das empresas controladas						6.620.811	5.654.053	647.109	504.318
II – COLIGADAS									
Serel Participações em Imóveis S.A.	111.000	1.063.645	5.470	-	37.879	53.044	420.383	20.093	15.972
Embauba Holdings Ltda.	551.937	590.918	-	18.663	3.381	19.980	19.987	821	718
Marcelha Holdings Ltda.	135.000	243.715	-	10.934	8.099	9.188	19.739	744	(2.613)
Manacás Holdings Ltda.	28.652	32.800	-	11.107	38.765	864	12.715	335	244
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650	1.911.002	-	7.797	0.495	130.184	9.458	644	376
STVD Holdings S.A.	912.000	1.300.128	51.724	-	0.547	46.087	7.113	252	191
Cia. Brasil de Soluções e Serv. - Visavale (1)	-	-	-	-	-	-	-	56.023	14.851
Outras empresas coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das empresas coligadas						494.906	507.897	22.889	29.739
TOTAL DE INVESTIMENTOS						7.115.717	6.161.950	669.998	534.057

(1) Investimento utilizado para aumento de capital na Empresa Rubi Holdings Ltda., em 20 de julho de 2010; e

(2) Ajuste decorrente de avaliação: considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Investimentos por incentivos fiscais	14.320	14.320
Títulos patrimoniais	77	70
Ações e Cotas	35.009	76.523
Outros investimentos	36.958	37.024
Subtotal	86.364	127.937
Provisão para perdas	(42.541)	(42.579)
Total	43.823	85.358

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Imobilizado de uso:		
- Outras imobilizações de uso	-	5
- Total imobilizado de uso	-	5
Imobilizado de arrendamento:		
- Veículos e afins	4.009.634	5.901.195
- Subtotal de bens arrendados	4.009.634	5.901.195
- Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.397.004)	(3.768.402)
- Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)	1.580.810	1.707.517
- Subtotal da depreciação acumulada	(1.816.194)	(2.060.885)
- Total imobilizado de arrendamento	2.193.440	3.840.310
- Total geral do imobilizado	2.193.440	3.840.315

11) CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO MERCADO**a) Captações no mercado**

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 180 dias	2011	2010
Carteira livre movimentação – títulos públicos	-	-	43.312
Total em 2011	-	-	-
Total em 2010	43.312	-	43.312

b) Despesas com operações de captações no mercado

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Captações no mercado aberto	1.695	1.783
Total	1.695	1.783

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES**a) Operações de obrigações por repasses**

Operações de Outorgas por Repasses					Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2011	2010
Do País:						
• CEF.....	16	83	100	955	1.154	2.654
Total em 2011.....	16	83	100	955	1.154	
Total em 2010.....	38	190	230	2.196		2.654

b) Despesas de operações de obrigações por repasses

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Repasses do País:		
CEF	60	110
Total	60	110

13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

III - Obrigações Legais – provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

IV - Movimentação das Provisões Constituídas

	Fiscais e		
	Trabalhistas	Cíveis	Previdenciárias (1)
No início do 1º semestre de 2011.....	6.713	44.355	217.398
Atualização monetária.....	-	-	3.002
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	3.248	499	-
Pagamentos.....	(1.548)	(155)	-
No fim do 1º semestre de 2011 (Nota 14).....	8.413	44.699	220.400
No fim do 1º semestre de 2010 (Nota 14).....	6.789	47.095	245.436

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, e se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 30 de junho de 2011 e de 2010, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 24c)	416.584	441.596
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b - IV)	220.400	245.436
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	217.973	31.218
Impostos e contribuições a recolher	39.596	6.585
Total	894.553	724.835

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Credores por participação de valor residual	967.914	1.465.984
Provisão para passivos contingentes – cíveis (Nota 13b - IV)	44.699	47.095
Provisão para passivos contingentes – trabalhistas (Nota 13b - IV)	8.413	6.789
Credores diversos	6.611	7.189
Obrigações por aquisição de bens e direitos	4.565	4.042
Provisão para pagamentos a efetuar	482	505
Total	1.032.684	1.531.604

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 14.750.000 mil (2010 – R\$ 14.750.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 208.738 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Reservas de Lucros	8.082.521	6.249.452
Reserva Legal (1)	530.117	409.915
Reserva Estatutária (2)	7.552.404	5.839.537

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No semestre foram provisionados dividendos no montante de R\$ 269.592 mil (2010 – R\$ 187.666 mil), correspondendo a R\$ 1.291,53 (2010 – R\$ 899,05) por ação. De conformidade com

Atas da Diretoria os dividendos dos exercícios findos em 2008, 2009 e 2010, destinados ao acionista Bradesco, tiveram seus pagamentos postergados para o final do exercício de 2011.

16) DESPESAS DE PESSOAL

Refere-se a indenizações trabalhistas no montante de R\$ 3.248 mil (2010 – R\$ 790 mil).

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Serviços técnicos especializados	3.058	3.090
Propaganda, promoções e publicidade	219	227
Serviços do sistema financeiro	121	64
Comunicações	22	23
Serviços de terceiros	11	15
Outras	104	19
Total	3.535	3.438

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Contribuição ao COFINS	33.735	20.133
Contribuição ao PIS	5.482	3.272
Impostos sobre serviços – ISS	1.315	1.844
Impostos e taxas	49	919
Total	40.581	26.168

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Juros e atualizações monetárias sobre impostos a compensar	9.895	7.537
Atualizações monetárias sobre depósitos vinculados	4.282	2.890
Juros sobre o capital próprio	783	981
Reversões de provisão operacional	156	472
Outras	3.149	1.648
Total	18.265	13.528

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Doações e Patrocínio de caráter cultural	4.608	-
Outras provisões (1)	4.288	8.443
Atualizações de impostos e contribuições	3.003	2.636
Despesas gerais	2.289	2.999
Atualizações monetárias	1.639	9
Provisões para contingências cíveis	499	2.571
Indenizações pagas	30	8
Comissões com terceiros	-	2.612
Outras	239	144
Total	16.595	19.422

(1) Provisão para ajuste do valor de realização de outros créditos.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado na alienação de valores e bens	1.057	1.541
Dividendos	-	4.201
Outras	106	(21)
Total	1.163	5.721

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco
ISO 9001**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

a) As transações com o controlador, empresas coligadas e controladas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	2011 Ativos (passivos)	2010 Ativos (passivos)	2011 Receitas (despesas)	2010 Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	12.366.661	9.606.468	661.861	230.949
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	7.938	17.705	858	5.965
Captações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	-	(43.312)	(1.695)	(1.783)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(1.621.990)	(1.320.771)	-	-
Rubi Holdings Ltda.	3.289.866	2.936.154	-	-
Nova Paol Participações Ltda.	-	171.325	-	-
Caetê Holdings Ltda.	-	135.192	-	-
Serel Participações S.A.	60.934	60.606	-	-
Marshall Holdings Ltda.	16.428	16.428	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	4.280	4.017	-	-
Tempo Serviços Ltda.	3.287	3.279	-	-
Miramar Holdings S.A.	9.700	4.787	-	-
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	116	492	-	-
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	146	-	-	-
Outras Coligadas e Controladas	8	52	-	-
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. CVM	-	-	(1)	(1)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
- A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
- A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (incorporador do Banco Banab S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Banab de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Banab). As obrigações atuais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.443.150	955.649
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)		(577.260)	(382.260)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e controladas		267.999	213.623
Despesas indefiníveis liquidas de receitas não tributáveis		(701)	1.680
Outros valores		1.935	1.480
Imposto de renda e contribuição social do semestre		(308.027)	(165.477)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3g).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	2011	2010
Impostos correntes			
Imposto de renda e contribuição social devidos		(235.855)	(184.949)
Impostos diferidos			
Constituição (realização) no semestre, sobre adições temporárias		3.732	14.245
Constituição no semestre sobre prejuízo fiscal		(75.904)	5.227
Total dos impostos diferidos		(72.172)	19.472
Imposto de renda e contribuição social do semestre		(308.027)	(165.477)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.

Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	115.662	5.934	6	121.590
Provisão para contingências cíveis	17.512	199	62	17.649
Provisão para contingências fiscais	45.418	1.510	-	46.928
Provisão para contingências trabalhistas	2.535	1.299	619	3.215
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	17.711	-	690	17.021
Provisão para desvalorização de bens não de uso	74	28	56	46
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	4	4	4	4
Agio amortizado	17.477	431	5.371	12.537
Outros	33.311	1.237	102	34.446
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	249.704	10.642	6.910	253.436
Prejuízo fiscal	104.146	-	75.904	28.242
Total dos créditos tributários (Nota 8)	353.850	10.642	82.814	281.678
Obrigações fiscais diferidas (Nota 14a)	472.226	2.159	57.801	416.584
Crédito tributário (Obrigações fiscais diferidas)	(118.376)	8.483	25.013	(134.906)
c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.				

Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil

	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Total
2011	46.437	25.684	22.259	94.380
2012	47.849	26.578	5.983	80.210
2013	46.450	25.922	-	72.372
2014	10.620	5.738	-	16.358
2015	12.906	5.212	-	18.118
2016 (1º sem)	186	54	-	240
Total	164.248	89.188	28.242	281.678

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 265.431 mil (2010 - R\$ 390.756 mil), sendo R\$ 237.740 mil (2010 - R\$ 229.036 mil) de diferenças temporárias, R\$ 27.691 mil (2010 - R\$ 141.499 mil) de prejuízo fiscal e em 2010 - R\$ 20.221 mil de crédito tributário de contribuição social - MP nº 2.185-35.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 416.584 mil (2010 - R\$ 441.596 mil) relativas a: superveniência de depreciação R\$ 395.202 mil (2010 - R\$ 426.879 mil), amortização de deságio R\$ 3.072 mil (2010 - R\$ 3.072 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - R\$ 9.315 mil (2010 - R\$ 3.284 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 8.995 mil (2010 - R\$ 8.361 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, o Banco Alvorada está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais se encontram registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2011 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Apólices (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Oswaldo Tadeu Fernandes - Contador - CRC 1SP271968/O-5 S-BA

KPMGKPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

São Paulo, 29 de agosto de 2011

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC SP-212059/O-0 S-BA

Shows

Apresente seu Cartão Clube Correio e adquira ingressos com 20% de desconto no Ticketmix. O desconto é válido sobre o valor da meia entrada.

BAHIA BB'SHOW
10 - SET 17H

CHARLIE BROWN JR
DIAMBA - YOW
BAIANA SYSTEM
MENSAJEIROS DO VENTO

Bahia BB Show
Mais cartão em sua mão, para
adquirir ingressos com 20% de
desconto no Ticketmix. O valor da
meia entrada é de R\$ 10,00. O
preço do ingresso com desconto é
de R\$ 8,00. O valor da meia
entrada é de R\$ 10,00. O preço
do ingresso com desconto é de
R\$ 8,00. O valor da meia
entrada é de R\$ 10,00. O preço
do ingresso com desconto é de
R\$ 8,00.

20%
de desconto

Maiores informações
Disk Clube Correio: (71) 3533.3030